

MPF apresenta denúncia contra Jacob Barata Filho e desembargador

123RF



Denúncia do MPF foi apresentado ao Superior Tribunal de Justiça
123RF

O Ministério Público Federal apresentou nesta quinta-feira (16/7) denúncia contra o empresário Jacob Barata Filho e o desembargador Mário Guimarães Neto, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por suposta prática dos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas no setor de transportes do estado.

A denúncia foi apresentada ao Superior Tribunal de Justiça já que Mário Guimarães Neto tem prerrogativa de foro. A investigação é um desdobramento de operação que apura o pagamento de propinas em contratos em áreas administrativas do estado do Rio.

Também constam como denunciados a esposa do desembargador, a advogada Gláucia Iorio de Araújo Guimarães; os empresários Miguel Iskin e José Carlos Reis Lavouras; além do presidente do Conselho Superior do Sindicato Rio Ônibus, e João Augusto Moraes Monteiro, e do doleiro Carlos Eduardo Caminha Garibe.

De acordo com as investigações, Jacob Barato Filho, João Augusto Monteiro e José Carlos Lavouras, todos dirigentes da Federação de Empresas de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, pagaram R\$ 6 milhões para que o desembargador desse decisões favoráveis às empresas de ônibus em mais de 40 ações civis públicas.

Além da condenação dos envolvidos, a subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, que assina a denúncia, pediu o pagamento de R\$ 11,5 milhões a título de danos morais coletivos. Pediu que o desembargador seja destituído o cargo e que o afastamento dele seja prorrogado até a sentença final do caso, para prevenir interferência no curso da ação penal.

A defesa de Barata Filho disse que ainda não teve acesso à denúncia e que, por isso, não se manifestaria. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

16/07/2020